

CONSELHOS ESCOLARES: MODOS DE ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Naára Maria Alves de Santana ¹
Profª. Drª Laêda Bezerra Machado ²

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar como os Conselhos Escolares se organizam, funcionam e contribuem para a democratização da gestão escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de campo, desenvolvida em três escolas municipais do Recife. O estudo foi realizado utilizando-se a entrevista semiestruturada. Participaram 12 representantes de diferentes segmentos do Conselho Escolar, a saber: gestão, família/comunidade, funcionários e professores. Organizamos os depoimentos das entrevistas em categorias, que demonstram as formas de ingresso dos representantes na função; finalidades e composição; frequência às reuniões e modos de registro; pautas das reuniões; autonomia e poder de decisão dos representantes; contribuições do conselho para melhoria do trabalho e democratização da gestão escolar. Os achados da pesquisa convergem para a compreensão do Conselho Escolar como uma instância relevante nas escolas e, mesmo que não venha funcionando a contento, tem potencial para democratizar a escola pública.

Palavras-chave: Conselho Escolar; Atuação; Democratização; Gestão Escolar.

1. INTRODUÇÃO

O inciso VI, do artigo 206 da Constituição Federal de 1988 destaca a Gestão Democrática do ensino público como um dos princípios orientadores e alternativa para a descentralização do poder no interior da escola. Na mesma direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, em seu artigo 3º, inciso VIII, determina a Gestão Democrática da escola pública como princípio norteador da educação pública. Assim, mesmo que estejamos distantes de concretizar a democracia escolar e incorporá-la às práticas, há um marco legal que a regulamenta.

O interesse pela pesquisa surge a partir da minha formação na educação básica, em escolas públicas, visto que pelas vivências nesse contexto e ao ingressar no ensino superior na Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, também em uma instituição pública, sempre me questioneei acerca da relevância da democratização do espaço escolar.

Durante o curso de graduação em Pedagogia houve a oportunidade de conhecer sobre a gestão democrática e o Conselho Escolar, como um dos mecanismos para viabilizar o bom funcionamento e controle social da escola pública. Esse contato, que ocorreu em disciplinas

¹ Concluinte de Pedagogia - Centro de Educação - UFPE. Email: naara.alves@ufpe.br.

² Professora do Departamento de Políticas e Gestão da Educação - Centro de Educação - UFPE. E-mail: laeda.machado@ufpe.br.

teóricas e práticas durante o curso, aumentou o meu interesse em melhor compreender essa instância no espaço escolar, a fim de analisar se sua atuação nesse espaço está pautada na gestão democrática.

Assim, neste trabalho de conclusão de curso, abordamos o Conselho Escolar em escolas públicas de Recife, buscando compreender seus modos de organização, atuação e práticas democráticas no cotidiano das escolas. Discutir a temática em questão se justifica pela importância do fortalecimento desses conselhos e de sua relevância para consolidação da democracia nas instituições de ensino.

Dentre outros mecanismos, os conselhos escolares integram as práticas que se voltam para democratizar a escola. Conforme Fernandes e Vieira (2009), "os conselhos são os responsáveis por permitir que diferentes setores da sociedade possam participar efetivamente da gestão das escolas de forma democrática, ou seja, são eles que constroem e dão sentido à gestão propriamente dita".

Tendo em vista o importante papel do Conselho Escolar, esta pesquisa investigou como estão organizados e como se caracterizam as práticas desses conselhos no cotidiano escolar. O desenvolvimento da pesquisa foi direcionado pelas seguintes questões: *Como se formam os conselhos escolares em escolas municipais de Recife? Como são as práticas dessas instâncias? Esses conselhos têm contribuído para democratizar essas escolas? Como?*

Tomando por base as indagações acima, a presente pesquisa, teve como **objetivo geral**, identificar como os conselhos escolares se organizam, funcionam e têm contribuído para democratizar a escola pública. Como **objetivos específicos**, procuramos: mapear a produção científica sobre o tema; Caracterizar os modos de formação, organização, critérios de escolha dos participantes e as práticas desses conselhos nas escolas, a fim de revelar seu potencial para democratizar a escola pública.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conselho Escolar: definição e histórico

A emergência da institucionalização dos Conselhos escolares no Brasil, parte das ações e lutas em prol dos movimentos da redemocratização do país, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Naquele período ocorreram diversos movimentos em defesa do retorno à democracia e fortalecimento das instâncias de participação.

Na década de 80, ainda marcada pelo contexto ditatorial, os processos e disputas para garantir a redemocratização do país são expressos por meio dos movimentos sociais que buscam a participação mais ativa da sociedade em questões governamentais, principalmente na gestão das políticas públicas. A Constituição cidadã de 1988 foi um marco para que houvesse a incorporação e participação da sociedade, com um espaço para autonomia e direitos sociais. A atual Carta Magna, como já dissemos, adota como princípio a gestão democrática da educação pública.

Segundo o artigo 205 da Constituição de 1988, a educação é um direito social e possui três finalidades: o “pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No que se refere aos princípios que regem a educação pública destacamos: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; e a gestão democrática do ensino público” (Brasil, 1988, art. 206).

A gestão democrática, segundo Medeiros e Luce (2006) está diretamente relacionada à descentralização do poder, participação e tomada de decisões coletivas. Segundo afirmam as autoras: “a gestão democrática da educação está associada ao estabelecimento de mecanismos institucionais e à organização de ações que desencadeiam processos de participação social” (Medeiros; Luce, 2006 p. 18-19).

O princípio da “gestão democrática do ensino público”, presente na atual LDB, reforça a necessidade de desconcentração do poder na escola pública. Esse princípio fica melhor definido no artigo 14.

A legislação educacional brasileira, aliada a todo o processo de redemocratização dos anos 1980 e a defesa da participação na gestão pública favoreceram a criação e consolidação dos conselhos escolares. Inicialmente eram chamados de conselhos gestores de políticas públicas e tinham caráter apenas consultivo, mas com a legislação pós redemocratização, passaram a ser instâncias deliberativas e de controle social da educação. Portanto, os conselhos ampliam suas ações em relação à educação como direito social por meio da participação ativa da sociedade.

Como afirma Werle (2003) o Conselho Escolar assume o compromisso em defesa de um ensino público gratuito, para gerar práticas democráticas e valorizar os professores. Dessa forma, os conselhos agem como mecanismos de interação entre escola e comunidade, promovendo a efetivação de uma gestão democrática como direito institucional.

Como princípio, a gestão democrática procura garantir a valorização da educação, rompendo com as decisões centralizadas, buscando participação e construção coletiva das ações

em instituições públicas de ensino. Uma das instâncias para viabilizar esse princípio é o Conselho Escolar.

Na visão de Luck (2001, p.1) “uma gestão educacional democrática e participativa está associada ao compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisão entre os diversos níveis e segmentos de autoridade do sistema educacional”.

Como um mecanismo de democratização, o Conselho Escolar age de modo a promover a mobilização e representação dos vários segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões no interior da escola. É um órgão colegiado que envolve representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, é uma instância de gestão democrática para construção de novas maneiras de compartilhar o poder de decisão e as responsabilidades na escola.

Os Conselhos são órgãos de caráter construtivo, mobilizador deliberativo e fiscalizador, possuindo em suas atribuições o papel de organizar e criar mecanismos que auxiliem na participação social, gerando o exercício da liberdade e buscando incentivar uma cultura que desenvolva ações democráticas (Brasil, 2004).

Na visão de Paro (2016), os conselhos escolares expressam o princípio da gestão democrática e visam a ação participativa e discussão ativa nas escolas, ações que vão além dos problemas burocráticos e se voltam para demandas reais da escola. São instâncias compostas por diferentes segmentos envolvidos no trabalho escolar: professores, funcionários, pais e responsáveis, representantes da gestão e funcionários.

Os conselhos escolares assumem funções: consultiva, mobilizadora, deliberativa e fiscalizadora das ações nas escolas, ou seja, consultam a comunidade usuária a respeito de ações e decisões, mobilizam a participação efetiva dessa comunidade, tomam decisões e fiscalizam as ações desenvolvidas nas escolas. Tendo feito esta breve caracterização, repetimos que nosso objetivo geral com esta pesquisa é identificar como os conselhos escolares se organizam, funcionam e têm contribuído para democratizar a escola pública.

2.2 Conselhos escolares: um olhar para produção científica recente

Realizamos um levantamento bibliográfico sobre os Conselhos Escolares, utilizando a plataforma *Google acadêmico*, entre o período de 2018 a 2023. Para localização dos artigos nesse banco de dados utilizamos o descritor: "conselhos escolares". Localizamos 09 (nove) artigos sobre o assunto, publicados em diferentes periódicos nacionais. São revistas da área de educação e tratam de temáticas referentes ao campo da gestão escolar e administração de políticas públicas. Esses artigos resultam de pesquisas desenvolvidas nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do país.

Apresentamos essas publicações, a seguir, no Quadro 1 .

Quadro 1: Produção científica sobre Conselho Escolares - (2018 a 2023)

Título do artigo	Autor(es)	Fonte/ Ano
O Conselho Escolar e a Gestão Democrática: pressupostos do Programa Nacional de Fortalecimento do Conselho Escolar.	Gislaine Buraki; Isaura Monica S. Zanardini.	Revista Eletrônica Pesquiseduca , Pará, v. 10, n. 20, p. 59–76, Jan-Abr. 2018.
Por um Conselho Escolar efetivamente democrático: uma proposta concreta	Márcen P. Ribeiro; Talita Renata B. Oliveira.	Revista online de Política e Gestão Educacional , Araraquara, p. 588–607, Mai/Ago., 2018.
Os conselhos Escolares como estratégia para o fortalecimento da democracia no espaço da escola	Carlos A. Diniz Júnior; Paula P. dos S. Cardoso.	Revista de Administração Educacional , v.10, n. 1, p. 69-81, Jan/Jun 2019.
Escola e democracia: A dimensão Pedagógica do conselho escolar	Aureotilde Monteiro; Pamela R. Ferreira; Solange J. Fernandes.	EDUCA- Revista Multidisciplinar em Educação , v. 7, n. 17, p. 395–414, Jan/Dez 2020.
O papel das famílias no Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares	Adriana G. Corrêa; Leticia Casanova; Valéria S.Ferreira.	Devir Educação , [S. l.], v. 5, n. 2, p. 207–223, Jul- Dez 2021.
Gestão Democrática na perspectiva do conselho escolar	Mariana Medina Martínez; Ana Maura Martins Bulzoni.	Revista Internacional de Debates da Administração & Públicas - RIDAP , [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1–17, Jan/Dez 2021.
Os conselhos escolares e a participação na gestão escolar: Uma análise das práticas nas escolas da rede municipal de educação de Colatina.	Carla M. Figueiredo; Mônica P. Andrade Nascimento.	UNESC em Revista , [S. l.], v. 5, n. 2, p. 33–50, 2021.
Conexões entre gestão escolar , Conselhos escolares e participação	Cleyton C. de Araújo Lima.	Revista Faculdade Famen reffen V. 1 (maio 2022), 35–51.
A atuação dos conselhos escolares para a prática da gestão democrática	Mayara F. Alves; Livia C. Guedes; Givanildo da Silva.	Horizontes , [S. l.], v. 41, n. 1, p. e023003, Itatiba, fev- 2023.

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Conforme mostramos no quadro 1, o primeiro artigo, de Buraki et al (2018), tem por título "*O conselho escolar e a gestão democrática: pressupostos do programa nacional de fortalecimento do conselho escolar*", tendo como objetivo apresentar aspectos legislativos que fundamentam o Conselho Escolar e a gestão democrática, a partir de sua consolidação em articulação com o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares-PNFCE. A pesquisa, de cunho bibliográfico e documental, destaca aspectos históricos na construção do Conselho Escolar, compreendendo-o como um órgão colegiado devidamente relacionado ao que

é proposto pelo PNFCE. Aborda diferentes aspectos que reforçam mudanças nas políticas educacionais ao longo dos anos e mostra que os Conselhos Escolares buscam a participação e autonomia nas instituições públicas de ensino, culminando na criação do PNFCE. O Programa atua para implementação e fortalecimento dos conselhos como espaços de participação, análise, mobilização e fiscalização das ações nas instituições públicas de ensino.

O artigo, desenvolvido por Ribeiro e Oliveira (2018) intitulado *"Por um conselho escolar efetivamente democrático: uma proposta concreta"*, objetivou caracterizar um Conselho Escolar que seja efetivamente democrático, alicerçado em uma gestão democrática. Os autores procuram fomentar uma proposta para o conselho escolar, para que haja reflexão das atribuições e práticas desenvolvidas em outras escolas. O artigo reforça a necessidade da conscientização por parte da comunidade escolar acerca dos conselhos, visando contribuir para que haja um espaço de participação, reflexão e autonomia. Além disso, são apontados alguns aspectos acerca dos processos de formação e consolidação dos conselheiros, além de alguns itens para subsidiar a gestão escolar e demandas dos conselhos escolares.

O terceiro artigo, denominado *"Os Conselhos Escolares como estratégia para o fortalecimento da democracia no espaço da escola"*, de Diniz Júnior e Cardoso (2019), apresenta os conselhos escolares como espaços para o fortalecimento da democracia na escola. Resultante de pesquisa de cunho bibliográfico e documental, o artigo analisa as contribuições dos Conselhos Escolares como espaço pedagógico da vivência em democracia nas escolas. Ressalta a democracia e o controle social como instrumentos que norteiam os Conselhos escolares, visto que auxiliam na representação no espaço escolar, além do fortalecimento da democracia.

O texto *"Escola e democracia: a dimensão pedagógica do conselho escolar"*, dos autores Monteiro, Ferreira e Fernandes (2020), fruto de pesquisa bibliográfica e documental, analisa a atuação do Conselho escolar de uma instituição pública municipal, levando em conta as relações que ocorrem no interior da escola. Os autores destacam a importância do estudo em contribuir com as discussões entre Gestão Escolar e democratização da educação pública. Analisam as formas de participação, sua estrutura e sistematização na dinâmica e relações estabelecidas na instituição analisada. Os resultados da pesquisa mostram que o conselho da escola ainda está em construção, mas busca se constituir como um espaço para participação social nos processos educativos e nas questões escolares.

"O papel das famílias no Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares" é um artigo, que resulta de uma análise documental, da autoria de Corrêa, Casanova e Ferreira (2021). O texto teve como objetivo compreender o papel das famílias na constituição dos

conselhos escolares, tomando por base os cadernos do PNFCE. As autoras apontam as relações entre escola/famílias como pontes importantes no processo educacional. Nos cadernos do PNFCE são atribuídos diversos papéis à escola, professores e famílias. O artigo destaca que há menção da "participação das famílias" em diversas partes do material, mas esta não se configura de forma clara, destacando como e onde será essa participação. Não são apresentadas ações coletivas a serem construídas com os familiares, mas ações passivas com base em decisões pré-estabelecidas pela escola.

O sexto artigo "*Gestão Democrática na perspectiva do conselho escolar*", escrito por Martinez et. al. (2021), analisa o desenvolvimento do Conselho Escolar na atualidade, para compreender se agentes, como a Secretaria de Educação, estão formando os que atuam nesse colegiado para garantir uma gestão democrática. A pesquisa se desenvolveu em um Município do Estado de São Paulo. A pesquisa mostra que a instauração do conselho escolar ocupa um papel meramente burocrático. O artigo reflete a importância do papel dos gestores escolares para a implantação dos conselhos, indica o não cumprimento da legislação e mostrando a falsa sensação de gestão democrática, nas práticas participativas desses conselhos.

"*Os conselhos escolares e a participação na gestão escolar: Uma análise das práticas nas escolas da rede municipal de educação de Colatina*", de Figueiredo e Nascimento (2021) é o sétimo artigo consultado. Este investigou as formas de funcionamento dos conselhos escolares e os impactos para o desempenho e qualificação das práticas pedagógicas e administrativas, compreendendo se ocorre a efetivação da gestão democrática. A pesquisa foi realizada por meio de questionários, disponibilizados aos membros dos conselhos das 84 escolas. Os resultados mostram que os conselhos acabam em muitos aspectos ocupam papel meramente fiscalizador de questões administrativas e financeiras nas escolas. Na visão das autoras como órgão colegiado o conselho deve ocupar de maneira mais efetiva suas funções (mobilizadora, consultiva e deliberativa) favorecendo o caráter pedagógico das instituições escolares.

O oitavo artigo denominado "*Conexões entre gestão escolar, conselhos escolares e participação*" foi escrito por Lima (2022). Buscou compreender o Conselho Escolar como espaço de participação e exercício da cidadania. O trabalho aborda as conexões entre a gestão escolar descentralizada por meio da ação dos Conselhos Escolares. Considera que esses conselhos permitem uma abertura para espaços de autonomia, parte da perspectiva de que a centralização da gestão é um impasse para o desenvolvimento de uma escola emancipatória. A pesquisa procura evidenciar estudos sobre a democracia participativa, na busca de construir práticas efetivas que considerem o controle social nas instituições públicas, por meio da atuação dos conselhos escolares.

O último artigo consultado, tem por título "*A atuação dos conselhos escolares para a prática da gestão democrática*". Escrito por Alves, Guedes e Silva (2023), teve como objetivo refletir acerca da atuação dos conselhos escolares para a prática de uma gestão democrática, relatando a partir de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa. Segundo os autores, os conselhos são apenas de fiscalização das ações administrativas e financeiras, se distanciam do caráter pedagógico e se apresentam como um órgão meramente burocrático das ações nas escolas. Portanto, há um distanciamento das funções que esse órgão deve ocupar para promover a autonomia e a gestão democrática das instituições públicas de ensino.

O estudo dos artigos apresentados se tornou relevante para compreender melhor a realidade dos Conselhos Escolares e seu papel no processo de democratização da gestão escolar. A leitura indica que, embora a literatura e a legislação destaquem o importante papel do Conselho Escolar para a democratização da escolar, sua função tem sido muito restrita.

3. METODOLOGIA

Para a concretização dos objetivos da pesquisa, desenvolvemos um estudo de abordagem qualitativa. De acordo com Zanelli (2002), a pesquisa qualitativa se caracteriza pelo registro minucioso da coleta, organização e interpretação dos dados.

Realizamos um estudo de campo, que de acordo com Ruiz (1998, p. 50) "consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises". Constituíram o campo de estudo três escolas municipais do Recife, situadas na Região Político Administrativa I (RPA-1)³, com Conselhos Escolares ativos.

3.1 Participantes da pesquisa

Participaram desta pesquisa, três gestoras (G1; G2 e G3)⁴, três membros da comunidade (C1, C2 e C3); três professoras (P1, P2 e P3) e três representantes dos funcionários (F1, F2 e F3). As gestoras participantes (G1, G2 e G3) possuem, respectivamente, idades 43, 52 e 61 anos, todas possuem formação superior em Pedagogia. Referente à forma de provimento ao cargo de Gestão, a **G1** ingressou por meio de eleição; A **G2** inicialmente tornou-se vice, por convite da diretora anterior e, posteriormente, tornou-se gestora por meio de eleição. E a **G3** ingressou no cargo primeiro por indicação e posteriormente por eleição. Quanto ao tempo de exercício na

³ No município do Recife as escolas estão geograficamente distribuídas em seis regiões denominadas: RPA-1 Centro; RPA 2- Norte (área do Arruda); RPA-3 Noroeste (área de casa Amarela); RPA-4 Oeste (área Caxangá); RPA 5—Sudoeste (área de Afogados); RPA 6-Sul (área de Boa viagem).

⁴ Para a codificação dos sujeitos, utilizamos a inicial maiúscula seguida do número de ordem de realização das entrevistas com cada um dos diferentes segmentos.

função, a G1 está há sete anos, a G2 é gestora faz 19 anos e a G3 ocupa a função gestora há 11 anos.

Os membros da comunidade/famílias entrevistados foram **C1, C2 e C3**, eram duas mães e um pai de crianças que estudavam nas instituições. A C1 está com 35 anos de idade e não concluiu o Ensino Fundamental; C2 tem 42 anos e concluiu o Ensino Médio e o C3 está com 45 anos e não concluiu o Ensino Médio. Esses sujeitos se tornaram membros do Conselho Escolar por meio do convite. Justificaram que foram convidados pela gestão para compor o conselho, por serem ativos, participarem das reuniões e outras ações nas escolas. Afirmam que, após o convite, houve o processo de candidatura e eleição.

Entrevistamos três professoras que atuam no Conselho Escolar, todas elas possuem formação superior em Pedagogia. Dessa forma, a **P1** tem 31 anos de idade, atua há 8 anos na docência e leciona no terceiro ano do Ensino Fundamental; **P2** está com 36 anos de idade, é professora há 12 anos e atua como docente do sétimo ano do Ensino Fundamental e a **P3** está com 40 anos, atuou durante 11 anos nos Anos Iniciais e atualmente é professora de grupo 5- de Educação Infantil. Dada a exigência de representação docente no Conselho Escolar, as professoras foram convidadas pela Gestão das escolas, candidataram-se, houve votação e se tornaram representantes.

Do segmento de funcionários das instituições no Conselho Escolar, os membros entrevistados foram: (**F1, F2 e F3**). Eles estão respectivamente com 32, 39 e 47 anos de idade e possuem variados níveis de escolaridade. F1 atua como auxiliar de limpeza, F2 trabalha na portaria e F3 atua como merendeira. Segundo esse grupo, eles lançaram suas candidaturas, houve votação e se tornaram representantes. Em relação ao tempo de participação nesse colegiado, a atuação desses participantes varia de oito meses a quase dois anos.

Como técnica de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada tem como característica a apresentação de questionamentos básicos que, apoiados em teorias e hipóteses relacionados ao objeto da pesquisa, “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (Triviños, 1987, p. 154).

As entrevistas foram gravadas em áudio, para isso solicitamos, previamente, a permissão das participantes. Os depoimentos foram transcritos e organizados em categorias temáticas, indicadas por Szymanski (2004). Para esta autora, a categorização concretiza a imersão do pesquisador nos dados e a sua forma particular de agrupá-los segundo sua compreensão.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Seguindo a orientação de Szymanski (2004) organizamos os depoimentos dos sujeitos em sete categorias, acerca do Conselho Escolar, destacando: Formas de ingresso dos representantes na função; Finalidades e composição; Frequência às reuniões e modos de registro; Pautas das Reuniões; Autonomia e poder de decisão dos representantes; Contribuições do Conselho para melhoria do trabalho nas escolas e Atuação do Conselho e a democratização da Gestão escolar. A seguir, tratamos de cada uma delas.

4.1 Formas de Ingresso dos representantes na função

Conforme os depoimentos das participantes a respeito das formas de ingresso no Conselho Escolar nas instituições em que atuam, todos concordam que ingressaram nesse órgão porque há exigência de que os diferentes segmentos da escola sejam representados.

As gestoras afirmam que são membros natos, visto que é obrigatória essa participação da gestão no Conselho Escolar. Para os representantes da comunidade, a atuação nesse Conselho resulta do envolvimento ativo que possuem com as escolas, além de serem eleitos para integrarem esse órgão colegiado. Suas respostas indicam que, por serem pais e responsáveis que buscam conhecer os professores, terem interesse pelo que se passa nas escolas, frequentarem as reuniões e conhecerem os membros da gestão, foram escolhidos para compor o conselho.

Esses representantes destacam: “[...] por ser uma mãe, que é atuante, aí votaram em mim” (C-1); “eu sempre fui frequente nas reuniões aqui e faço parte da comunidade e conheço alguns pais e a gestão, aí tentei me candidatar para ser um dos membros (C-2); “[...] sempre participo das reuniões e vou bastante lá na escola, aí, como estavam precisando de alguém pra representar os pais, me candidatei” (C-3).

Conforme literatura, a participação da comunidade contribui para o fortalecimento do Conselho e para a vida escolar dos estudantes. Os depoimentos das participantes, que demonstram o envolvimento com as escolas e realização de eleições, revelam que a perspectiva democrática encontra-se em construção. De acordo com Paro (2006, p. 01) “[...] a democratização das relações que envolvem a organização e o funcionamento efetivo da instituição escolar devem ser tomadas com a finalidade de promover a partilha do poder entre dirigentes, professores, pais, funcionários e de facilitar a participação de todos os envolvidos nas tomadas de decisões relativas ao exercício das funções da escola”.

Entre as professoras, fica evidenciado que o ingresso no Conselho Escolar decorre da exigência de representação do segmento docente, além de articulação e convite da própria gestão escolar. Mesmo assim, essas representantes destacam que houve a candidatura e votação que legitimaram a representação. Eis o que disseram: “[...] precisava de representantes do

professorado e a gestora perguntou se eu queria aceitar, aí eu fui e me candidatei e eles foram e votaram” (P-1); “[...] entrei no conselho por conta da necessidade da participação de professores, mas teve uma votação (P-2); “[...] eu entrei diante da necessidade de professores e acabei me candidatando”. (P-3)

Os depoimentos das professoras contrariam em parte o que é defendido por Paro (2011) sobre essa representação. Para este autor, mesmo que a eleição não garanta a democratização, ela ainda é o modo mais indicado para conquistá-la.

Entre os participantes do segmento funcionários, fica claro que a participação ocorre devido a uma exigência da representação desse segmento no Conselho Escolar. Os funcionários justificam que se tornaram representantes porque foram chamados, houve votação ou porque possuem boas relações com as famílias e gostam de colaborar com a escola.

Os representantes desse segmento dizem: “[...] estava precisando de pessoas, aí fizeram uma reunião para decidir quem ia fazer parte, aí eu fui escolhida pra participar do conselho. Entendesse?” (F-1); “precisava né, aí eu participei de uma votação na escola, pra participar”. (F-2); “ É.. eu sou uma funcionária que sempre tá em contato com pais e alunos e precisava de alguém para representar os funcionários da escola sabe? Como gosto de participar e ajudar, aí me candidatei pra ficar” (F-3).

Os depoimentos dos participantes indicam que essa representação, mesmo que ocorra por eleição e seja legítima, está diretamente relacionada à exigência formal do Conselho nas escolas. Principalmente as falas de pais e funcionários, deixando claro que a aproximação maior com a escola e a equipe gestora constituem os principais critérios de vínculo com essa instância. As falas dos professores também reforçam esse caráter de obrigatoriedade da participação desse segmento, ou seja, a necessidade formal implica em participação do professor.

4.2 Finalidades e composição

Identificamos entre os participantes, diferentes perspectivas sobre as finalidades e composição do Conselho Escolar, ganhando maior destaque o uso dos recursos, controle das ações, melhorias e demandas mais urgentes das escolas e alunos.

Na visão das gestoras, as finalidades do Conselho escolar são: auxiliar no controle das demandas gerais, financeiras e democratização da instituição. Em suas falas enfatizam a importância de se reunirem para discutir nesse coletivo questões que surgem nas escolas, principalmente os recursos financeiros a serem aplicados. Acerca do uso dos recursos financeiros e a sua relação com o Conselho Escolar a G-1 e G-2 afirmam: “[...] organizar a parte financeira,

pedagógica e das ações que tem dentro da escola. Por exemplo, quando o recurso federal chega, ele é executado através do conselho, então a gente se reúne e a gente vê onde o recurso será utilizado, onde precisa e não precisa” (G-1) “[...] age muito na questão financeira, pra onde vamos direcionar os recursos da escola, pra auxiliar os alunos, professores, e a própria Gestão escolar” (G-2).

A perspectiva do Conselho escolar, como órgão que favorece o processo de democratização da escola, foi objeto de reflexão no trabalho recente de Alves, Guedes e Silva (2023). Os autores reforçam que o trabalho do Conselho não se reduz a discutir questões financeiras, mas deve auxiliar para a descentralização do poder, promoção da autonomia nas instituições e garantia da gestão democrática do espaço escolar. Fica evidenciada entre as gestoras a importância do órgão para a questão financeira. Assim, observa-se que esse viés burocrático é mais valorizado do que as questões pedagógicas.

As falas dos representantes da comunidade escolar, acerca das finalidades e composição do Conselho indicam que esses representantes reconhecem esse espaço como de tomadas de decisões, que visam a melhoria da vida escolar dos alunos. Um desses representantes diz: “[...] A gente tenta se colocar, impor critérios, não só receber as coisas né, mas impor ações e atitudes, que a gente possa dialogar, falar o que se passa e o que a gente quer” (C-1).

As participantes C-2 e C-3 concordam que o trabalho incide em acompanhar e buscar entender o que se passa na realidade da escola, da comunidade, aprendizagem dos filhos para a tomada de decisões. Segundo elas: “[...] O conselho atua muito na escola, nas decisões que tem [...] a gente que tá perto da realidade escolar, sabe o que se passa, entende a comunidade também. [...] Ele também ajuda na decisão e ajuda nossos filhos, pra que possa aprender e se desenvolver”. (C-2); “[...] ajuda muito nas decisões na escola[...] quando a gente fala do bem-estar dos nossos filhos, quando tem algo que não tá bom, não tá funcionando, a gente conversa e vê o melhor pra todos”. (C3). Esse grupo compartilha depoimentos relacionados a preocupações com educação dos filhos, aspectos mais genéricos que expressam tomadas de decisões coletivas e maior preocupação com ações voltadas à melhoria da educação dos filhos.

As professoras entrevistadas afirmam que com o Conselho há possibilidade de opinar nas decisões e vida escolar dos alunos, debater demandas do dia a dia da escola, relacionadas aos estudantes, comunidade, recursos, eventos etc. Eis os depoimentos: “[...] opinar sobre as decisões na vida escolar dos alunos e nas ações aqui. [...] ai, quando necessitamos de algo, nos reunimos também”. (P-1). “[...] o conselho escolar ele tem um papel muito importante [...] conversar, colocar as demandas que temos no dia a dia, falar as dificuldades né e pensar as estratégias, falar das questões dos alunos, falar da comunidade né e também falamos de outras coisas, os recursos

da escola, os eventos, as reuniões pedagógicas. (P-2); [...] acredito que ele ajuda pra que deliberamos coisas urgentes e próximas da comunidade. Com as coisas que são decididas por todos né? Pra isso se tem com os membros e comunidade pra ver as necessidades e o que podemos equilibrar, o que se tem de possibilidade, a verba, estrutura, alunos ” (P-3)

As falas das docentes remetem o Conselho Escolar como um espaço de diálogo e atendimento das demandas da instituição, visando sua melhoria de questões pedagógicas em parceria com a família e comunidade, a fim de garantir a democratização nas instituições. Os posicionamentos das professoras encontram respaldo em documento nacional sobre esse órgão, considerado como “um mecanismo de gestão democrática colegiada, sua função básica e primordial é a de conhecer a realidade e indicar caminhos que levem à realidade desejada. Vale dizer, então, que a principal função do Conselho Escolar é político-pedagógica”(Brasil, 2004, p.22).

Na visão dos funcionários, as finalidades do Conselho Escolar estão relacionadas à organização, manutenção da estrutura escolar, recursos financeiros e tomadas gerais de decisões. Eis o que falaram: [...] “ajuda na organização da escola, assim tem a questão da estrutura que tem coisa quebrada, e do que vai ser feito. E se tiver alguma situação que precisa da atuação do conselho, aí ele precisa entrar né pra analisar, discutir e resolver da melhor forma” (F-1); “ele ajuda a gente a tomar as decisões da escola [...] colocar os recursos da escola, a questão dos alunos. (F-2); “porque a gente fala as coisa que ajudam a todos, principalmente os alunos da escola [...] contribui e traz as dificuldades do dia a dia. A gente tenta falar isso quando pode falar né? ”(F-3).

O conjunto das respostas dos entrevistados nos leva a entender que entre gestores e funcionários, questões administrativas e financeiras da escola são mais prevalentes e entre famílias e professores questões pedagógicas são mais valorizadas. Podemos admitir que a presença dos diferentes representantes, com essas variadas perspectivas, possa contribuir para o que dizem Diniz Junior e Cardoso (2019) em relação à importância em assegurar que os Conselhos Escolares funcionem como espaços pedagógicos da vivência democrática nas escolas.

4.3 Frequência às reuniões e modos de registro

No que diz respeito à frequência e ao modo de registro das reuniões, constatamos pelas falas dos representantes que as reuniões não possuem calendário previamente estabelecido, mas dependem de demandas urgentes na escola, assim, esses encontros podem acontecer com

periodicidade bimestral, semestral ou ao longo do ano letivo. Além disso, são unânimes quando afirmam que o modo de registro das reuniões se faz por meio de atas, nas quais todos assinam.

A respeito disso, as gestoras destacam: [...] “temos duas reuniões no semestre, mas isso é de práxis, geralmente também temos as reuniões extraordinárias, quando precisamos também reunimos o Conselho. (G-1)”;

[...] realizamos pelo menos no bimestre uma ou duas no semestre, só que existem as extraordinárias, que podem acontecer a qualquer momento. (G-2)”. A última destaca: [...] temos bimestralmente ou uma vez no semestre, mas podem acontecer reuniões urgentes, que ocorrem diante da demanda da escola. (G-3).

De forma semelhante ao que afirmam as gestoras, os representantes da comunidade falam sobre a realização das reuniões do Conselho Escolar: “[...] pelo menos em três, quatro meses. Eu sei que pode ter até antes, quando tem algo urgente eles chamam pra se reunir” (C-1); “[...] sempre que tem alguma demanda, pra decidir os recursos que chegam também, mas é no bimestres, aí do ano né, aí acontecem as reuniões e assina uma ata” (C-2) “[...] é principalmente quando tem algum problema na escola com os alunos. Sei que no semestre que se chama ne, marcam as reuniões comigo e os outros, aí eles passam uma ata pra gente assinar” (C-3). Diferente do que afirmam sobre a finalidade do Conselho, C-2 comenta que as reuniões são para a “resolução de questões financeiras” e reiteramos que as funções desses Conselhos são mais abrangentes, um mecanismo de controle social.

Para as professoras, o Conselho Escolar se reúne conforme as necessidades e quando se tem algo urgente para resolver. Eis o que dizem sobre essa frequência de reuniões: “nos reunimos sempre que precisamos [...] geralmente a gente faz, quando tem algo pra se resolver.” (P-1); “sempre que tem alguma demanda né? Pra decidir os recursos que chegam também, mas depende, pode ser no bimestres, no meio do ano também acontecem as reuniões [...] E existe uma ata do Conselho.”(P-2); “às vezes tem de maneira semestral, mas se acontece algo extraordinário nos reunimos antes disso também. Pode ser que tenham mais durante o ano, depende muito das necessidades aqui, sabe?” [...] e assinamos uma ata, essa ata precisa ser assinada por todos ” (P-3).

Nas respostas dos funcionários, embora falem de alguma regularidade, ficou mais evidente que o Conselho Escolar se reúne quando há problemas a serem resolvidos e que são encontros rápidos, com pouca discussão. Eles dizem: “[...] eu percebo que acontecem quando tem problemas na escola sabe, aí não tem uma data certa, mas acontece algumas vezes no ano né. [...] sinto falta de ter mais frequente as reuniões, porque tem umas coisas que acontecem que é tão rápido que não dá tempo, eu acho que a falta de tempo e de se reunir mais atrapalha muito as coisas” (F-1); [...] depende muito da escola, das coisas que tem aqui. Sei que como eles dividem o

ano em dois períodos tem algumas nesse tempo. [...] e pedem pra gente assinar [...]” (F-2); [...]elas têm no semestre que falam né, mas depende muito do que tá acontecendo na escola. Só que tem vez que precisa conversar de novo, porque tem coisa que não está funcionando” (F-3).

As falas sobre a periodicidade das reuniões do Conselho Escolar nas instituições pesquisadas nos levam a questionar: quem decide o que é mais urgente quanto às questões a tratar no conselho? Quais fatores determinam que uma situação é mais relevante que outra nas instituições? Esses questionamentos se tornam relevantes para compreender como os conselhos vêm desempenhando suas funções no âmbito das ações de democratização nas instituições.

4.4 Pautas das Reuniões

Sobre as pautas das reuniões do Conselho Escolar nas instituições, é possível evidenciar, conforme as gestoras, que elas abordam demandas urgentes das instituições e recursos financeiros. Afirmam: [...] as demandas da escola é principalmente em questões de quando chega verba na escola, porque, precisamos decidir o uso dos recursos, para executar” (G-1); “[...]se houver alguma situação específica que tenha afetado o cotidiano da escola” (G-2); [...] a gente faz as reuniões para deliberar as ações, repassar os recursos. E as pautas dependem do que acontece na escola mesmo. (G-3)

O que podemos entender do que falam as gestoras está de acordo com Figueiredo e Nascimento (2021), que em sua pesquisa mostram que os conselhos escolares acabam em muitos aspectos ocupam papel meramente fiscalizador de questões administrativas e financeiras nas escolas, deixando em segundo plano as questões pedagógicas nas instituições.

Os membros da comunidade destacam que as pautas incluem reivindicações de melhoria da escola por parte das mães e opinam sobre o que deve melhorar. Falam: “[...] quando as mães falam que tem algo que precisa melhorar, ou até algo que acontece [...] questões que vemos de ruim e precisa ser melhor. (C-1); as pautas são os problemas que precisa de solução na escola. (C-2); “[...] durante a reunião a gente tenta falar aquilo que estamos achando que pode ser melhorado”.

Segundo as professoras, as pautas das reuniões são referentes a demandas das escolas, elas afirmam em suas narrativas: “[...] são geralmente da melhor organização da escola”. (P-1); “[...] algo que aconteceu e afetou a dinâmica da sala de aula, aí já vira uma pauta na reunião”. (P-2); “[...] as pautas são definidas de acordo com a demanda da escola mesmo, a gente precisa decidir as coisas né” (P-3).

Novamente e, diferente das gestoras, as falas de pais e professores destacam questões pedagógicas das escolas. Lembramos que na visão de Corrêa, Casanova e Ferreira (2021), que estudaram os cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, destacam que nesse material são apresentadas ações coletivas a serem construídas com os familiares, evitando ações passivas com base em decisões pré-estabelecidas pela escola.

Para os representantes dos funcionários, as pautas são variadas e incluem recursos para investimento na escola, problemas de alunos, professores e questões gerais do dia a dia da escola. Dizem esses representantes: [...] “ tem muito de problema de alunos, que precisa falar com os pais e também de dinheiro que entra na escola. Por exemplo, a gente teve que reunir para decidir questões de uma turma, saídas de professores, a demanda da escola mesmo, dos problema que tem mesmo”. (F-1); “[...] nas reuniões, a gente tenta falar do que acontece na escola né, aí têm os problemas e também do que já foi feito aqui ou não né, aí nem sempre é tudo feito” (F-2); [...] “ depende muito dos problemas da escola, as coisas mais urgentes, aí gente fala desses problemas pra resolver o mais rápido possível.”(F-3).

O que depreendemos com base nas falas das gestoras e funcionários, é que essas pautas são em geral relacionadas aos problemas urgentes do cotidiano escolar e a tomada de decisão sobre recursos financeiros. Em face desses depoimentos, com base em Figueiredo e Nascimento (2021), chamamos atenção que o conselho escolar esteja atento a toda a conjuntura das instituições, levando as questões comuns e outras da vivência cotidiana e não apenas problemas urgentes que necessitam de solução rápida.

4.5 Autonomia e poder de decisão dos representantes

Nesta categoria, destacamos as falas dos representantes da comunidade, professoras e funcionários, a fim de caracterizar a atuação desses membros junto a um órgão de gestão das escolas. Todos os representantes reconhecem que há autonomia em suas participações, em contrapartida, essa autonomia parece ser comprometida, quando se refere ao Conselho como uma instância que prioriza as demandas urgentes das escolas.

Os membros da comunidade, ao falarem de seu poder e autonomia no Conselho Escolar falam desse potencial. Por exemplo, quando pedimos que dissessem como esse poder é manifestado na prática disseram: “[...] eu acho que sim, é que na verdade as decisões muito do que conversamos no conselho [...] vemos a escola como um todo”. (C-2); “[...] a partir do que foi falado e decidido eles tomam as decisões, no caso, eles mudam as coisas que não estão boas” (C-3).

A fala da participante C-1 revela restrições ao poder de fala nas reuniões do órgão. “[...] quando tem situação que eles falam e a gente fala [...] mas tem vez que a gente já tem as coisas lá pra ver sabe. Nem sempre tem tempo de falar as coisas lá não, eu acho que podia ser melhor nisso, podia ser melhor né?”.

Desses depoimentos, podemos indicar que a participação desses sujeitos é muito discreta nas decisões e, no geral, esses membros acabam endossando as decisões da gestão. Os resultados sugerem como fazem Ribeiro e Oliveira (2018) a necessidade de maiores esclarecimentos por parte da comunidade escolar acerca dos conselhos, fazendo com que eles funcionem como espaços de participação, reflexão e autonomia

Ressaltamos a importância da participação efetiva, como fator de grande importância no conselho escolar, pois como afirma Libâneo (2018, p.89) “a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, pois possibilita o envolvimento da comunidade escolar no processo de tomada de decisões e na organização escolar”.

Quanto ao grau de autonomia dos professores no Conselho Escolar, as entrevistadas consideram que têm direito de fala e liberdade para opinar nas reuniões do conselho, no entanto afirmam que têm assuntos, como, por exemplo, questões referentes a recursos financeiros, em que já é dito onde serão os investimentos, não havendo muito o que se debater, pois já aparece como preestabelecido. Afirmou P-1: “[...] geralmente, a gente tem a vez de falar, então cada um fala [...]. Mas, já se for um tema que já é preestabelecido a gente não opina tanto não, às vezes são coisas que a gestão traz e decide principalmente a questão de recursos financeiros, porque a gestão fala no que precisa usar”.

As outras representantes afirmam: “[...] sempre temos um momento de fala, para abordar as coisas que acreditamos que podem ser melhoradas, então acho que sim, que tenho autonomia” (P-2); “[...] acho que tenho. Mas assim, tem reunião que já tem um assunto certo, sabe? Mas, quando tem tempo de falar as questões pedagógicas eu falo na reunião” (P-3).

As entrevistadas abordam autonomia como possibilidade de emitirem opiniões e se posicionarem nas reuniões, no entanto, essa autonomia não parece ser aplicada a todas as questões, como é o caso das demandas financeiras que não parecem ser objeto de discussão, apenas de execução. Entendemos que a participação no conselho escolar está condicionada a necessidade de compreensão de seu papel e atuação na realidade escolar, nas decisões tomadas, buscando a melhoria das instituições de ensino.

Assim, é possível admitir, que a autonomia das professoras depende das pautas abordadas nas reuniões, visto que determinados assuntos, mesmo que afetem a todos e na instituição, cabe à gestão decidir. Nesse sentido, a autonomia não se expressa de maneira significativa, dependendo

do que a gestão estabelece como substancial. Os resultados nos levam a concordar com Alves, Guedes e Silva (2023), pois para estes autores, os conselhos pouco têm contribuído para promover a autonomia e participação nas escolas.

De modo semelhante ao já exposto, os funcionários quando falam sobre sua autonomia no Conselho Escolar, comentam que podem opinar nas reuniões, mas que nem sempre há tempo para expressarem suas demandas, bem como na prática algumas das decisões não são concretizadas. Declaram: “[...] eu creio que sim, porque a gente consegue expor nossas coisas e necessidades, e na medida do possível” (F-1). “[...] vê nas reunião que tem, a gente tenta falar do que acontece na escola né? (F-2).

4.6 Contribuições do Conselho para melhoria do trabalho nas escolas

No geral, os depoimentos de todos os segmentos escolares entrevistados reconhecem que o Conselho Escolar contribui para o desenvolvimento e democratização do trabalho das instituições.

Conforme as Gestoras, o conselho escolar contribui significativamente para a descentralização das responsabilidades nas escolas, pois favorece o trabalho coletivo, possibilita a escuta das opiniões do grupo, colabora para que as decisões não sejam exclusivamente da gestão. Segundo elas, quando há diálogo entre as partes, é possível atender melhor às demandas da comunidade usuária da escola.

Eis o que disseram sobre essas contribuições: “contribui muito, pois [...] se o conselho for atuante, se ele se envolve e participa, não é a gestão que vai decidir sozinha, mas o coletivo que toma a decisão (G-1); “não existe uma gestão democrática sem o conselho escolar” (G-3); “[...] realizamos o exercício de escutar, e levar em conta outras opiniões e contribuições, a gente descentraliza. [...]É também é de não deixar a decisão apenas para a gestão, porque é importante ouvir e valorizar todos que estão na escola [...]aí vejo que as demandas são conversadas e melhor solucionadas, os recursos são direcionados pra o que mais precisa, também. (G-2)

Fica evidenciado nos depoimentos das gestoras a importância do conselho para melhoria do trabalho na escola, elas destacam principalmente a responsabilidade coletiva com o trabalho. De acordo com o que afirma Libâneo (2015, p. 90) “[...] a participação é um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola”. Na visão do autor é muito importante o papel da gestão no incentivo à participação e práticas do Conselho escolar.

Os representantes da comunidade escolar enfatizam que no Conselho buscam conversar, decidir e contribuir melhor para o processo de escolarização dos filhos. A esse respeito afirmam: “[...] a participação acho muito boa, é que por a gente ser mãe vemos muita coisa que acontece e

pode melhorar a vida dos nossos filhos [...] conversamos, aí são questões que vemos de ruim e precisam ser melhoradas. (C1);[...] porque nas reuniões levo aquilo que está incomodando os pais, só que pensando nos interesse de nossos filhos, a gente fala aquilo que afeta diretamente a vida deles, que é muito importante, né ?” (C-2).

Fica muito claro nos depoimentos que, para os pais, o Conselho Escolar é um espaço para tratar de questões pedagógicas e da melhoria da aprendizagem dos filhos, aí reside sua maior contribuição.

Os depoimentos estão em conformidade com o que destaca Paro (2001), sobre a participação da população na escola e sua importância. Para o autor uma relação positiva entre a instituição, pais e responsáveis favorece o diálogo, respeito à comunidade frente aos seus anseios, insatisfações e problemas. A parceria estabelecida por meio do Conselho Escolar favorece o processo de democratização da escola e faz com que os problemas sejam solucionados.

As professoras consideram que o conselho contribui para o debate e tomada de decisões, troca de opiniões sobre práticas, organização geral da escola, resolução de problemas diversos antigos e novos que vão surgindo no espaço escolar. Afirmam: [...] são sempre assuntos que precisam de opiniões de outras [...] as pautas são geralmente da melhor organização da escola. (P-1); [...] tudo depende dos problemas que têm surgindo na escola, se tem algo que aconteceu e afetou a dinâmica da sala de aula, aí já vira uma pauta na reunião (P-2); “[...] geralmente estamos em conversa sobre como solucionar as coisas, é como deliberar as ações” (P-3).

Os depoimentos das professoras revelam um consenso em torno das contribuições que o conselho oferece para a tomada de decisões coletivas na escola. Há destaque para os assuntos mais urgentes no espaço da instituição, bem como para preocupações pedagógicas. Tais depoimentos se aproximam do que propõe o documento sobre fortalecimento dos conselhos escolares quando afirma: “a função político-pedagógica do Conselho Escolar se expressa no “olhar” comprometido que desenvolve durante todo o processo educacional, tendo como foco privilegiado a aprendizagem” (Brasil, 2004, p. 18).

Em síntese, nas falas das professoras, as contribuições administrativa e pedagógica do conselho escolar são lembradas. No entanto, elas dão maior destaque a função pedagógica do Conselho e costumam considerar essas demandas nas reuniões.

4.7 Atuação do Conselho escolar e o processo de democratização da Gestão escolar

Quando questionadas sobre a contribuição do Conselho Escolar para democratizar a gestão das instituições, os representantes destacaram que o órgão auxilia nesse processo, mas enfatizam que algumas pautas das reuniões não são expressas nas práticas.

As falas das gestoras foram unânimes no que se refere essa contribuição do conselho. Elas repetem que, quando as decisões são tomadas no coletivo atendem melhor às necessidades das escolas e evitam a centralidade de tudo na direção. Elas responderam: [...] a partir do momento que nos reunirmos para escutar as opiniões estamos democratizando [...] como as ações serão feitas e veremos uma melhor saída nas ações da escola (G-1); [...] porque não é a Gestão que decide tudo sozinha, que fala por todos sem ouvir as outras partes. [...] E, além de usar o aspecto democrático, traz mais transparência nas decisões, levando em conta outras perspectivas... (G-2); [...] depende muito da visão do gestor, da escola também, trabalho muito com essa perspectiva, não gosto de tomar decisões de forma isolada, precisamos ouvir a todos para encontrar uma melhor forma de agir, ouvir os professores e outros membros, entrando em um consenso. (G-3)

O princípio da “gestão democrática do ensino público”, preconizado pela atual LDB nº 9394/1996, enfatiza a desconcentração do poder e preconiza que a escola priorize o controle social e a participação. Nos depoimentos das gestoras identificamos um consenso em torno da relevância do Conselho para promoção de uma gestão escolar democrática.

Os representantes da comunidade reconhecem essa importância e acrescentam que essa função poderia ainda ser mais potencializada. Eis o que falam: “[...] Sim, mas podia ser mais. Pra falar as coisas que vemos de necessário, porque a gente tem situação que acaba sendo opinião da maioria e tem que levar em conta isso...” (C-1); “[...] A gestão não pode fazer isso sozinha não né? Aí precisa do conselho para tomar as decisões mais democráticas né isso[...] Só que nem tudo a gente vê no dia a dia não, aí a gente tem que falar de novo pra ver se melhora. (C-2); “[...] como a gente pode falar e dizer as coisas, a gente é ouvido lá né e o que decide depende do que todos decidem que é melhor pra escola, então acredito que é democrático por que é assim as coisas” (C-3)

Durante a entrevista o representante C-1, por exemplo, mostra que uma situação que prejudicava os alunos, quando discutida em reunião do Conselho, foi resolvida. Mesmo assim, diz que o conselho poderia ser mais atuante no processo de democratizar a gestão escolar. Nesse sentido, como prevê o documento sobre fortalecimento dos conselhos escolares, é necessário considerar que “o conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diversos pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico” (Brasil, 2004, p. 36).

Os representantes C-2 e C-3 consideram o conselho escolar como democrático, porque como representantes podem falar e contribuir para tomar decisões, porém a fala de C-2 sugere que nem toda decisão tomada é cumprida: [...] “só que nem tudo a gente vê no dia a dia não, aí a gente tem que fala de novo pra ver se melhora”. A esse respeito, Paro (2005, p. 40) destaca que “não basta, entretanto, ter a participação da população na escola, é preciso verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade.”

Com base nos depoimentos e no que afirma Paro (2005) repetimos que o Conselho Escolar não é apenas órgão colegiado formal na escola, mas um espaço de diálogo dos diferentes segmentos para, por meio de decisões e ações coletivas, buscar a resolução dos problemas no cotidiano da escola e que as falas das gestoras entram em contradição com as falas dos outros membros, que sentem a necessidade de maior participação e ver expressa nas pautas as reivindicações.

As professoras entrevistadas concordam que o Conselho Escolar atua para a democratização da escola pública, pois é um fórum com participação dos vários segmentos que procura ouvir e dar voz a todos. As professoras falaram: “[...] porque deve ouvir todos, pra não ser algo limitado à gestão [...] ele tem um papel atuante, mas tudo depende de como ele é feito e organizado também viu.” (P-1); “[...] um ambiente em que todos que todos possam contribuir ajuda muito no trabalho diário e também pedagógico. Então sim, essa questão democrática é muito importante”. (P-2) “[...] onde mais de uma pessoa pensa, assim, tendo uma decisão [...] quando é de maneira coletiva e precisa levar em conta todo mundo, assim, tudo que a gente traz né? Não adianta nada, não é democrático se não for assim” (P-3)

Fica claro na fala de P-3, que se não for para tomar decisões coletivas não tem sentido manter um Conselho Escolar, assim como enfatiza P-1 que o Conselho conta com diversos segmentos e precisa ser um espaço de escuta, pois apesar do seu papel, depende da maneira como está organizado. A fala de P-2 destaca a importância do processo de democratização das suas ações e aspectos pedagógicos, que não são destacados nas falas das outras professoras.

De modo unânime, os funcionários consideram que o conselho escolar é uma instância democrática, porque garante participação e escuta e atender as reivindicações dos demais segmentos escolares. Afirmam: [...] a gente precisa ser ouvido e levado em consideração. Sinto que para se ter uma Gestão democrática, precisa ouvir, ser ouvido, participar e dar nossas contribuições[...] Não só ouvir, mas que faça sentido, porque muitas vezes o povo escuta e leva pra gaveta, deixa guardado e não faz nada não, a gente tem que tá sempre falando pra melhorar (F-1); [...] ele é democrático, pelo menos sinto que todos são ouvidos, sabe? E respeitamos uns aos outros né. E também podemos falar pra tentar resolver os problemas (F-2); “[...]Eu penso

que ela acontece de forma democrática, também por ter um momento de escuta, de fala, de participação dos integrantes” (F-3).

As falas dos funcionários destacam a atuação do conselho para a democratização. Na mesma direção para Fernandes e Ramos (2010), os conselhos escolares, instrumentos da gestão democrática, levam reivindicações, pautas e inquietações de todos os segmentos escolares.

As falas de todos os segmentos participantes desta pesquisa convergem para a compreensão do Conselho Escolar como uma instância de descentralização do poder nas escolas, e mesmo que não venha funcionando a contento tem potencial para democratizar a escola pública. Certamente, um estudo minucioso de sua atuação nas escolas nos oferecerá maiores pistas sobre os meandros dessa democratização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, procuramos saber sobre os Conselhos Escolares em escolas municipais do Recife, partindo se como se organizam, funcionam e têm contribuído para democratizar a escola pública. O estudo envolveu diferentes membros desse colegiado, em três escolas localizadas na RPA-1.

Constatamos, a partir das entrevistas realizadas com os doze (12) sujeitos, que esses representantes concordam com a relevância do Conselho Escolar nas instituições.

Os resultados, organizados em categorias, revelaram que os modos de ingresso dos membros na função vinculam-se a uma aproximação maior das famílias e funcionários com as questões da escola e equipe gestora. Os professores destacam o caráter de obrigatoriedade da participação formal nesse órgão.

As finalidades do Conselho Escolar, segundo seus membros, envolvem questões administrativas, financeiras e pedagógicas da escola. No entanto, ganham maior destaque entre as gestoras e funcionários as questões financeiras. Por outro lado, professores e representantes das famílias demonstraram maior preocupação com questões pedagógicas.

Acerca da frequência e registro das reuniões, as falas dos representantes indicam que não há um calendário prévio, elas ocorrem quando surgem demandas urgentes na escola. Na visão das gestoras elas podem ocorrer bimestral, semestral ou ao longo do ano letivo. Essas reuniões, que tratam principalmente de problemas urgentes da escola e sobre recursos financeiros, além disso, são registradas em atas, assinadas por seus membros.

Quanto à autonomia dos membros, ficou evidenciado que é limitada, uma vez que alguns assuntos são ainda decididos pela gestão. Mesmo assim, identificamos entre todos os

entrevistados um consenso em torno das contribuições do Conselho para a democratização da escola.

A pesquisa oferece algumas contribuições para compreender como se organizam, funcionam e o potencial democratizador do Conselho Escolar. Seguimos defendendo o processo de democratização das escolas públicas e o Conselho Escolar como mecanismo de controle social das ações nas instituições. Entendemos que outros estudos, que abranjam um maior número de escolas e permitam um estudo das práticas desse colegiado, são de grande importância para se compreender sua efetiva atuação nas escolas.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Mayara Ferreira; GUEDES, Livia Couto; SILVA, Givanildo . A atuação dos conselhos escolares para a prática da gestão democrática. **Horizontes**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. e023003, 2023. DOI: 10.24933/horizontes.v41i1.1408. Disponível em: <<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1408>. Acesso em: 20 dez.2023.

BURAKI, Gislaïne ; ZANARDINI, Isaura Monica Souza. O Conselho Escolar e a Gestão Democrática: pressupostos do Programa Nacional de Fortalecimento do Conselho Escolar. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 59–76, 2018. Disponível em:<https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/679>. Acesso em: 2 Jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília, DF: 2004. (Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares).

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação**. Brasília, DF: 2006. (Secretaria de Educação Básica). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%206.pdf>. Acesso em 10 jun.2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 Jun. 2024.

CONSELHO ESCOLAR, gestão democrática da educação e escolha de diretor. In: **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília: SEB /MEC, 2004. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf>Acesso: 18 Jun.2024.

CORRÊA, Adriana Grambner; CASANOVA, Leticia; FERREIRA, Valéria Silva. O papel das famílias no programa nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Devir Educação**,[S. l.], v. 5, n. 2, p. 207–223, 2021. DOI: 10.30905/rde.v5i2.488. Disponível em:<https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/488>. Disponível em:

https://web.archive.org/web/20171202212842id_/http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/177/103. Acesso em: 2 Jul.2024.

FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan ; RAMOS, Géssica Priscila. **Conselho escolar, participação e qualidade da educação no âmbito da gestão democrática**. Revista Eletrônica de Educação. v. 4, n. 2, nov, 2010. Acesso em: 15 jul.2024.

FERNANDES, Solange Jarcem.; MONTEIRO, Aureotilde; FERREIRA, Paloma Roberta. Escola e democracia: a dimensão pedagógica do conselho escolar. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S. l.],v. 7, n. 17, p. 395–414, 2020. DOI: 10.26568/2359-2087.2020.4147. Disponível em:<https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4147>. Acesso em: 2 Jan. 2024.

JÚNIOR, Carlos Antônio Diniz; CARDOSO, Paula Phernanda dos Santos. Os conselhos escolares como estratégia para o fortalecimento da democracia no espaço da escola. **Revista de administração educacional**,v.10, n. 1, p. 69-81, 2019. Disponível em:<https://doi.org/10.51359/2359-1382.2019.242652>. Acesso em 2 Jan.2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização da escola: teoria e prática**/José Carlos Libâneo.- 6.ed.rev.e ampl.- São Paulo: Heccus Editora, 2018.

LIMA, Clayton Corsino de Araújo. Conexões entre Gestão Escolar, Conselho escolares e Participação. **Revista Faculdade Famen | REFFEN | ISSN 2675-0589**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 35–51, 2022. DOI: 10.36470/famen.2020.r1a2. Disponível em:<https://revistafamen.com.br/index.php/revistafamen/article/view/5>. Acesso em: 2 Jan 2024.

LIMA, Maria de Fátima; CANEDO, Maria Luiza. **Limites e Possibilidades do Conselho Escolar como instrumento de Gestão Democrática na promoção da qualidade do ensino: estudo de caso em escola municipal do Rio de Janeiro**. In: AMARAL. D.P; **Políticas Educacionais no Estado do Rio de Janeiro: provocações sobre democracia e a gestão da escola pública**. ANPAE, 2021.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Leticia Pedroso de. **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

LÜCK, Heloisa. **A evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática**. 2001.

MEDINA, Medina Martinez; BULZONI, Ana Maura Martins. C. Gestão democrática na perspectiva do conselho escolar: participação e formação continuada. **Revista Internacional de Debates da Administração & Públicas - RIDAP**, [S. l.],v. 6, n. 1, p. 1–17, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/RIDAP/article/view/13047>. Acesso em: 2 Jan 2024.

NASCIMENTO, Monica Pereira Andrade.; FIGUEREDO, Carla Marinho. Os Conselhos escolares e a participação na Gestão escolar: Uma análise das práticas nas Escolas da rede Municipal de Educação de Colatina. **UNESC em Revista**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 33–50, 2022. Disponível em: <http://revista.unesc.br/ojs/index.php/revistaunesc/article/view/320>. Acesso em: 2 Jan. 2024.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. 2º ed. – São Paulo: xamã, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3ª ed. São: Editora Ática, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão da escola pública: a participação da comunidade**. P. 39-70. In: PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. Editora Ática. 3ª edição. 2006. São Paulo-SP.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

RIBEIRO, Mardén Pádua; OLIVEIRA, Talita Renata Belintani. Por um conselho escolar efetivamente democrático: uma proposta concreta. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p.588–607, 2018. DOI: 10.22633/rpge.v22.n2.mai/ago.2018.10864. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10864>. Acesso em: 20 Dez.2023.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1976.

SZYMANSKI, Heloisa.(org). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo Atlas, 1987.

WERLE, Flávio Obino Corrêa. Conselhos escolares: desafio em construção. **In Anais do XVIII Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação**. Porto Alegre: EDIPUCRUS, 1997, p. 265-276.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos Escolares: implicações na gestão da Escola Básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 180 p.

ZANELLI, José Carlos. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos Psicológicos [online]**. Natal. v. 7. p. 79 - p.88, 2002.